

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Última atualização: [inserir data de publicação]

A presente Política de Privacidade tem por finalidade informar, de maneira clara e transparente, como são tratados os dados pessoais dos usuários que acessam e utilizam o site **mscalise.adv.br**.

Este documento foi elaborado em observância à **Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, às regulamentações e orientações aplicáveis da Autoridade Nacional de Proteção de Dados — ANPD e às demais normas pertinentes.

1. QUEM É O RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DOS DADOS?

O responsável pelo tratamento dos dados pessoais realizados por meio deste site é:

Marcio Scalise de Abreu

Advogado — OAB/SP 300.436

São Paulo/SP

E-mail: **advmsabreu@gmail.com**

Telefone/WhatsApp: **(11) 91501-5276**

Site: **mscalise.adv.br**

Para os tratamentos abrangidos por esta Política, Marcio Scalise de Abreu será referido como **“Controlador”**.

O Controlador é a pessoa responsável por tomar as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais no âmbito do site e de suas atividades relacionadas.

2. O QUE É DADO PESSOAL?

Para os fins desta Política, considera-se dado pessoal qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.

Podem ser exemplos de dados pessoais tratados por meio do site:

- nome;
- endereço de e-mail;
- número de telefone;
- informações fornecidas em mensagens;
- informações técnicas relacionadas ao acesso;
- endereço IP;
- informações sobre dispositivo e navegador;
- identificadores eletrônicos;
- informações relacionadas à interação com o site;
- informações necessárias para responder às solicitações encaminhadas pelo usuário.

3. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Dados pessoais sensíveis são aqueles definidos pela LGPD, como determinadas informações relacionadas à saúde, origem racial ou étnica, religião, opinião política, dados biométricos, entre outras categorias previstas em lei.

O formulário do site **não foi desenvolvido para solicitar o fornecimento de dados pessoais sensíveis ou documentos pessoais.**

O usuário deverá evitar inserir, no campo de mensagem, informações sensíveis, dados bancários, documentos pessoais ou informações de terceiros que não sejam necessárias para a finalidade do contato.

Caso o usuário forneça espontaneamente informações dessa natureza, o tratamento poderá ocorrer na medida necessária para lidar com a solicitação apresentada, observada a legislação aplicável.

4. QUAIS DADOS PODEM SER COLETADOS?

Dependendo da forma de utilização do site, poderão ser tratados diferentes tipos de dados.

4.1. Dados fornecidos diretamente pelo usuário

Quando o usuário entrar em contato, poderão ser solicitados:

- nome;
- endereço de e-mail;
- telefone;
- número de WhatsApp;
- assunto da solicitação;
- conteúdo da mensagem.

O fornecimento desses dados dependerá da finalidade do contato.

4.2. Dados técnicos

Durante a navegação, determinados dados poderão ser registrados automaticamente, tais como:

- endereço IP;
- data e horário de acesso;
- navegador utilizado;
- sistema operacional;
- tipo de dispositivo;
- páginas acessadas;
- informações técnicas;
- registros necessários à segurança.

A extensão desses dados dependerá da configuração técnica do site e dos serviços utilizados.

4.3. Cookies e tecnologias semelhantes

O site poderá utilizar cookies, pixels, identificadores e tecnologias semelhantes.

O funcionamento dessas tecnologias é explicado de maneira específica na **Política de Cookies**.

5. PARA QUE UTILIZAMOS OS DADOS PESSOAIS?

Os dados pessoais poderão ser tratados para as seguintes finalidades:

a) funcionamento do site

- disponibilizar as páginas;
- garantir funcionalidades;
- manter a estabilidade;
- proteger o site contra ataques e abusos.

b) atendimento

- responder mensagens;
- responder solicitações;
- entrar em contato com o interessado;
- esclarecer dúvidas;
- compreender preliminarmente uma demanda jurídica.

c) medidas preliminares à contratação

Quando o interessado procurar o escritório com o objetivo de avaliar eventual contratação de serviços jurídicos, os dados poderão ser tratados para possibilitar a análise inicial da solicitação e eventual negociação ou contratação.

d) relacionamento profissional

Os dados poderão ser utilizados para administrar comunicações relacionadas à solicitação realizada, ao relacionamento profissional ou à eventual prestação de serviços.

e) organização de leads e contatos

Quando utilizado sistema de CRM ou sistema jurídico, os dados poderão ser registrados para organização, acompanhamento e gestão dos contatos e relacionamentos profissionais.

f) conteúdo e comunicação

Quando juridicamente permitido e observada a escolha do titular, os dados poderão ser utilizados para envio de:

- conteúdos jurídicos;

- artigos;
- materiais informativos;
- notícias;
- informações institucionais;
- comunicações relacionadas aos serviços.

g) publicidade e mensuração

Poderão ser utilizadas ferramentas de publicidade e mensuração, inclusive tecnologias disponibilizadas pela Meta e outros fornecedores, para:

- medir campanhas;
- avaliar resultados;
- compreender interações;
- desenvolver campanhas;
- realizar remarketing, quando implementado;
- exibir publicidade direcionada, quando juridicamente permitido.

h) segurança

Os dados poderão ser tratados para:

- prevenir fraudes;
- identificar atividades suspeitas;
- investigar incidentes;
- proteger sistemas;
- preservar registros necessários à segurança.

i) exercício regular de direitos

Os dados poderão ser tratados para defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, quando aplicável.

j) cumprimento de obrigações legais

Poderão ser tratados dados para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias aplicáveis ao Controlador.

k) atendimento de solicitações relacionadas à LGPD

Os dados necessários poderão ser utilizados para receber, verificar, analisar e responder às solicitações apresentadas pelos titulares.

6. BASES LEGAIS

O tratamento de dados pessoais realizado por meio do site não será baseado exclusivamente em consentimento.

Conforme a finalidade e as circunstâncias concretas, poderão ser utilizadas as hipóteses legais previstas na LGPD, incluindo, quando aplicáveis:

- consentimento;
- cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- execução de contrato;
- procedimentos preliminares relacionados a contrato;
- exercício regular de direitos;
- proteção do crédito, quando aplicável;
- legítimo interesse;
- outras hipóteses legalmente autorizadas.

A base legal será definida de acordo com a finalidade concreta do tratamento.

Quando o tratamento depender de consentimento, este será solicitado de maneira livre, informada e inequívoca, para finalidade determinada.

7. FORMULÁRIOS DO SITE

O site poderá disponibilizar formulários destinados a:

- contato;
- solicitação de atendimento;
- identificação preliminar do assunto jurídico;
- relacionamento com interessados.

Os formulários poderão solicitar nome, e-mail, telefone, assunto e mensagem.

Atenção

Não envie pelo formulário documentos pessoais, dados bancários, informações médicas, senhas, códigos de autenticação, dados de cartão ou outras informações sensíveis que não sejam necessárias para a finalidade do contato.

O formulário público não disponibilizará campo destinado ao upload de documentos.

Caso seja necessário o envio de documentos posteriormente, isso deverá ocorrer por canal específico e adequado, informado pelo escritório.

8. INFORMAÇÕES FORNECIDAS ESPONTANEAMENTE

O campo de mensagem poderá permitir que o usuário escreva informações além daquelas solicitadas.

O usuário é responsável por evitar o fornecimento de informações excessivas ou desnecessárias, especialmente dados pessoais de terceiros.

Caso informações adicionais sejam fornecidas espontaneamente, elas poderão ser tratadas na medida necessária para compreender e responder à solicitação apresentada, observadas as bases legais e demais requisitos da LGPD.

9. WHATSAPP

O site poderá disponibilizar acesso ao WhatsApp profissional por meio do número:

(11) 91501-5276

As comunicações realizadas por WhatsApp poderão envolver:

- número de telefone;
- nome;
- conteúdo das mensagens;
- informações fornecidas pelo próprio usuário;
- informações relacionadas ao atendimento.

O WhatsApp constitui ferramenta de comunicação de terceiro, sujeita também às políticas e condições de utilização da respectiva plataforma.

O Controlador não solicita que o usuário envie senhas, códigos de autenticação, dados de cartão ou outras informações desnecessárias por esse canal.

10. E-MAIL

O endereço **advmsabreu@gmail.com** será utilizado para:

- receber contatos;
- responder solicitações;
- comunicação profissional;
- relacionamento com potenciais clientes;
- comunicações relacionadas à prestação de serviços;
- recebimento de solicitações relativas aos direitos previstos na LGPD.

O conteúdo das mensagens poderá ser armazenado durante o período necessário para cumprimento da finalidade da comunicação e das obrigações legais aplicáveis.

11. MARKETING E COMUNICAÇÕES

O escritório poderá, quando juridicamente permitido, utilizar dados de contato para comunicações relacionadas à sua atuação profissional.

Essas comunicações poderão incluir:

- artigos;
- conteúdos educativos;
- materiais informativos;
- novidades;
- informações institucionais;
- comunicações relacionadas aos serviços jurídicos.

O recebimento de comunicações de marketing deverá ser tratado de maneira independente do simples acesso ao site ou do aceite desta Política quando a operação exigir consentimento.

Quando aplicável, o usuário poderá solicitar a interrupção do recebimento das comunicações.

12. NEWSLETTER

O site poderá futuramente disponibilizar newsletter.

Caso esse recurso seja implementado, serão informados ao usuário, conforme aplicável:

- finalidade da inscrição;
- dados coletados;
- fornecedor utilizado;
- forma de cancelamento;
- eventual utilização de ferramentas de mensuração;
- demais informações relevantes.

A implementação de nova finalidade relevante poderá exigir atualização desta Política.

13. PUBLICIDADE E META PIXEL

O site poderá utilizar ferramentas da Meta e de outros fornecedores para publicidade, mensuração e remarketing.

Essas ferramentas poderão utilizar tecnologias capazes de registrar informações sobre a interação do visitante com o site.

Dependendo da configuração efetivamente adotada, poderão ser tratados dados como:

- identificadores online;
- informações do dispositivo;
- páginas acessadas;
- eventos de navegação;
- interações com conteúdo;
- informações relacionadas às campanhas.

Tecnologias de rastreamento que não sejam necessárias ao funcionamento do site deverão ser implementadas de acordo com as regras aplicáveis e com as escolhas realizadas pelo usuário.

14. COOKIES

O site poderá utilizar cookies e tecnologias semelhantes.

Os cookies poderão ser classificados, conforme sua função, em:

Cookies necessários

Destinados ao funcionamento, segurança e disponibilização de recursos essenciais.

Cookies analíticos

Utilizados para compreender o uso do site, avaliar desempenho e produzir estatísticas.

Cookies de publicidade e rastreamento

Podem ser utilizados para mensuração de campanhas, publicidade personalizada e remarketing.

Cookies de terceiros

Podem ser instalados ou utilizados por serviços externos incorporados ao site.

Os cookies não essenciais serão tratados conforme as preferências disponibilizadas ao usuário e a legislação aplicável.

Informações específicas sobre os cookies utilizados deverão constar da **Política de Cookies**.

15. GERENCIAMENTO DE COOKIES

Quando houver cookies que dependam da escolha do usuário, o site poderá disponibilizar mecanismo para:

- aceitar cookies;
- rejeitar cookies não essenciais;
- selecionar categorias;
- alterar preferências posteriormente.

A simples navegação não deverá ser interpretada como autorização irrestrita para todas as tecnologias de rastreamento.

16. REDES SOCIAIS E SERVIÇOS DE TERCEIROS

O site poderá disponibilizar links, botões ou integrações com:

- Instagram;
- Facebook;
- WhatsApp;
- YouTube;
- LinkedIn;
- Google;
- outros serviços de terceiros.

A utilização desses serviços poderá envolver tratamento de dados pelas respectivas empresas, de acordo com suas próprias políticas.

Quando um recurso de terceiro estiver incorporado diretamente ao site, poderão ser tratados dados técnicos ou identificadores conforme a configuração da ferramenta.

17. GOOGLE E SERVIÇOS DE ANÁLISE

Dependendo da configuração definitiva do site, poderão ser utilizados serviços fornecidos pelo Google, inclusive ferramentas relacionadas a:

- análise de tráfego;
- publicidade;
- segurança;
- funcionalidades do site;
- serviços de terceiros.

A utilização efetiva dessas ferramentas deverá ser refletida na Política de Cookies e, quando necessário, nesta Política de Privacidade.

18. PERFIL DA EMPRESA NO GOOGLE

O escritório poderá manter presença profissional no Perfil da Empresa no Google.

Links ou referências ao perfil poderão ser disponibilizados no site.

Caso sejam incorporadas funcionalidades externas diretamente às páginas, deverá ser analisado o respectivo tratamento de dados.

19. CRM E SISTEMAS DE GESTÃO

O escritório poderá utilizar sistemas de CRM, gestão jurídica ou ferramentas semelhantes.

Esses sistemas poderão armazenar dados necessários para:

- organizar contatos;
- administrar leads;
- acompanhar solicitações;
- gerenciar relacionamento;
- organizar clientes;
- executar atividades administrativas e profissionais.

Os fornecedores desses serviços poderão atuar como operadores de dados pessoais, tratando informações de acordo com as instruções do Controlador e os instrumentos contratuais aplicáveis.

Os fornecedores efetivamente utilizados deverão ser identificados e avaliados antes da implementação.

20. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Os dados pessoais poderão ser compartilhados, quando necessário e proporcional à finalidade, com:

- fornecedores de hospedagem;
- prestadores de serviços de tecnologia;
- fornecedores de segurança;
- serviços de e-mail;
- sistemas de CRM;
- sistemas de gestão jurídica;
- plataformas de publicidade;
- plataformas de análise;
- prestadores de suporte técnico;
- autoridades públicas, quando legalmente exigido;
- órgãos judiciais ou administrativos, quando necessário ao exercício da atividade profissional;
- terceiros cuja participação seja necessária à execução de determinada finalidade legítima.

O compartilhamento será limitado ao necessário para a finalidade correspondente.

O Controlador não comercializa dados pessoais dos usuários.

21. OPERADORES

Alguns fornecedores poderão tratar dados pessoais em nome do Controlador.

Antes da contratação ou utilização de fornecedores relevantes, deverão ser avaliados, conforme aplicável:

- finalidade do tratamento;
- medidas de segurança;
- confidencialidade;
- localização dos dados;
- suboperadores;

- transferência internacional;
- retenção;
- mecanismos de exclusão;
- condições contratuais.

Como determinadas ferramentas ainda não foram escolhidas, os fornecedores poderão ser identificados posteriormente em documentos internos de governança.

22. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

A utilização de determinados fornecedores tecnológicos poderá envolver transferência ou tratamento de dados pessoais fora do Brasil.

Quando isso ocorrer, o Controlador adotará os mecanismos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis.

A transferência internacional será realizada somente quando houver fundamento jurídico adequado e forem observados os requisitos aplicáveis à proteção dos dados pessoais.

23. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

O Controlador adotará medidas técnicas e administrativas compatíveis com a natureza dos dados tratados e com os riscos envolvidos.

Entre as medidas que poderão ser adotadas estão:

- HTTPS/SSL;
- controle de acesso;
- proteção de credenciais;
- autenticação em dois fatores, quando disponível;
- atualizações de sistemas;
- backups;
- proteção contra códigos maliciosos;
- controle de permissões;
- monitoramento;
- gestão de incidentes;
- descarte adequado de informações.

As medidas efetivamente implementadas poderão variar conforme a infraestrutura tecnológica utilizada.

Nenhum sistema eletrônico é absolutamente imune a incidentes, razão pela qual o Controlador também adota medidas preventivas e procedimentos de resposta.

24. INCIDENTES DE SEGURANÇA

Na hipótese de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, o Controlador poderá adotar medidas destinadas a:

1. identificar o incidente;
2. conter seus efeitos;
3. investigar sua origem;
4. avaliar os dados afetados;
5. avaliar os riscos aos titulares;
6. registrar o ocorrido;
7. implementar medidas corretivas;
8. comunicar os titulares quando aplicável;
9. comunicar a ANPD quando houver obrigação legal ou regulamentar.

As providências serão adotadas de acordo com a natureza e a gravidade do incidente.

25. RETENÇÃO DOS DADOS

Os dados pessoais não serão necessariamente mantidos indefinidamente.

O período de retenção dependerá:

- da finalidade do tratamento;
- da necessidade de manutenção do dado;
- de obrigações legais;
- de obrigações regulatórias;
- da existência de relação contratual;
- da necessidade de exercício regular de direitos;
- de eventuais prazos prescricionais;
- de requisitos de segurança.

Quando os dados deixarem de ser necessários e não houver fundamento legal para sua conservação, serão adotadas medidas para eliminação, anonimização ou outra forma juridicamente adequada de tratamento.

26. DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O site não foi estruturado especificamente como serviço direcionado a crianças.

Entretanto, determinadas demandas jurídicas poderão envolver crianças ou adolescentes.

Quando houver tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, serão observadas as regras específicas da LGPD e da legislação aplicável, considerando o melhor interesse desses titulares.

27. DADOS DE TERCEIROS

O usuário deverá evitar fornecer dados pessoais de terceiros sem necessidade.

Quando o relato de uma questão jurídica envolver outra pessoa, o usuário deverá fornecer somente as informações necessárias para a finalidade pretendida.

O fornecimento de dados pessoais de terceiros não autoriza automaticamente sua utilização para finalidade diversa daquela relacionada à solicitação.

28. CONTEÚDO JURÍDICO

O site poderá publicar artigos, notícias, comentários e materiais educativos relacionados a:

- Direito Digital;
- LGPD;
- Direito do Consumidor;
- fraudes bancárias;
- golpes envolvendo Pix;
- contas digitais;
- redes sociais;
- proteção de dados;
- outros temas jurídicos relacionados à atuação profissional.

Os conteúdos possuem caráter **geral e informativo**.

A publicação de um artigo ou material não constitui, por si só, consulta jurídica individualizada.

A aplicação da legislação a um caso concreto poderá depender de análise específica dos fatos, documentos e circunstâncias envolvidas.

29. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO ADVOGADO-CLIENTE

O simples acesso ao site, preenchimento de formulário, envio de e-mail ou contato inicial não constitui automaticamente relação advogado-cliente.

A relação profissional será estabelecida conforme as circunstâncias concretas e os instrumentos jurídicos aplicáveis.

O usuário não deverá presumir a existência de representação jurídica apenas pelo envio de uma mensagem.

30. DEPOIMENTOS

O site poderá futuramente publicar depoimentos de clientes.

A publicação de depoimentos identificáveis dependerá de autorização específica e adequada.

A autorização poderá abranger, conforme o caso:

- nome;
- imagem;
- fotografia;
- vídeo;
- voz;
- conteúdo do depoimento.

A autorização para publicação será tratada de forma distinta das bases legais eventualmente utilizadas para a prestação dos serviços jurídicos.

A publicação também deverá observar as normas aplicáveis à publicidade profissional da advocacia.

31. PUBLICIDADE JURÍDICA

A divulgação de serviços e conteúdos jurídicos será realizada observando as normas aplicáveis à publicidade e ao marketing jurídico.

O site não pretende prometer resultados, induzir contratação mediante pressão ou utilizar informações enganosas.

Eventuais anúncios deverão observar as normas profissionais aplicáveis à advocacia, inclusive quanto à informação, sobriedade, discricção e vedação de captação indevida de clientela.

32. PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os conteúdos disponibilizados no site, salvo indicação em contrário, poderão ser protegidos pela legislação de propriedade intelectual.

É vedada a reprodução, distribuição ou exploração comercial não autorizada de conteúdos protegidos, ressalvadas as hipóteses permitidas pela legislação.

O compartilhamento de links para conteúdos públicos do site é permitido, desde que não implique alteração, apropriação indevida ou apresentação do conteúdo como pertencente a terceiro.

33. LINKS EXTERNOS

O site poderá conter links para páginas de terceiros.

Ao acessar um site externo, o usuário estará sujeito às políticas, termos e práticas do respectivo terceiro.

O Controlador não é responsável pelas políticas de privacidade, segurança ou conteúdo de sites externos que não estejam sob seu controle.

34. DIREITOS DOS TITULARES

Nos termos da LGPD e conforme aplicável ao tratamento realizado, o titular poderá exercer direitos como:

- confirmação da existência de tratamento;
- acesso aos dados;
- correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade;
- portabilidade, quando regulamentada e aplicável;
- eliminação dos dados tratados com base em consentimento, ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
- informação sobre compartilhamentos;
- informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e suas consequências;
- revogação do consentimento;
- oposição ao tratamento, quando cabível;
- demais direitos previstos na legislação.

O exercício dos direitos dependerá da análise do pedido e das circunstâncias concretas do tratamento.

Alguns direitos podem sofrer limitações decorrentes de obrigações legais ou da necessidade de conservação dos dados para exercício regular de direitos.

35. COMO EXERCER SEUS DIREITOS

Solicitações relacionadas à proteção de dados pessoais poderão ser encaminhadas para:

advmsabreu@gmail.com

O solicitante deverá fornecer informações suficientes para permitir a identificação da solicitação.

Para proteção contra acessos indevidos, poderá ser solicitada confirmação razoável da identidade do titular ou representante.

O Controlador poderá solicitar informações adicionais quando necessárias para confirmar a identidade ou compreender o pedido.

36. ENCARGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O contato relacionado à proteção de dados pessoais e ao exercício dos direitos previstos na LGPD será:

Encarregado: Marcio Scalise de Abreu

E-mail: advmsabreu@gmail.com

O Encarregado atuará como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, observadas as atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicáveis.

37. LEGÍTIMO INTERESSE

Quando o tratamento estiver fundamentado no legítimo interesse, o Controlador realizará análise compatível com os requisitos legais, considerando, conforme aplicável:

- finalidade legítima;
- necessidade do tratamento;
- contexto da relação;
- expectativas razoáveis do titular;
- natureza dos dados;
- direitos e liberdades fundamentais;
- medidas de proteção adotadas.

O legítimo interesse não será utilizado de maneira automática ou indiscriminada.

38. CONSENTIMENTO

Quando o consentimento for necessário, ele será solicitado de forma clara e específica.

O titular poderá revogar o consentimento a qualquer momento, observadas as consequências e limitações previstas na legislação.

A revogação não afetará a legalidade dos tratamentos realizados anteriormente com base no consentimento válido.

Quando possível, o site disponibilizará mecanismo simples para retirada do consentimento.

39. ATUALIZAÇÕES DESTA POLÍTICA

Esta Política poderá ser atualizada para refletir:

- alterações legais;
- regulamentações da ANPD;
- mudanças na tecnologia;
- implementação de novos serviços;
- alteração de fornecedores;
- novos tratamentos de dados;
- mudanças nas finalidades;
- aperfeiçoamentos de segurança.

A versão mais recente estará disponível no site.

Quando uma alteração for relevante e a legislação exigir comunicação específica, serão adotadas as providências necessárias.

40. CONTATO

Para dúvidas sobre esta Política, proteção de dados pessoais ou exercício de direitos, entre em contato:

Marcio Scalise de Abreu
OAB/SP 300.436
E-mail: advmsabreu@gmail.com
WhatsApp: (11) 91501-5276
Site: mscalise.adv.br
São Paulo/SP

41. DOCUMENTOS RELACIONADOS

Esta Política deverá ser interpretada em conjunto, quando disponíveis, com:

- Política de Cookies;
 - Termos de Uso;
 - Aviso de Privacidade apresentado nos formulários;
 - demais documentos de governança e proteção de dados eventualmente adotados pelo Controlador.
-

42. DECLARAÇÃO FINAL

O tratamento de dados pessoais realizado por meio deste site será limitado às finalidades legítimas e necessárias às atividades desenvolvidas, respeitando os princípios e direitos previstos na legislação de proteção de dados pessoais.

O Controlador buscará manter práticas de privacidade, segurança e transparência compatíveis com a natureza dos tratamentos realizados.

Última atualização: [inserir data]